

PREFÁCIO

O TRABALHO DO JURISTA depende basicamente da pesquisa bibliográfica. O advogado, o juiz, o professor, seja quem for, que atue na área jurídica e vier a ser chamado a dar um conselho, um parecer, uma aula, elaborar trabalho acadêmico, promover ou julgar uma ação, começará pelo recolhimento de todos os dados informativos que lhe permitirão aproximar-se do caso ou da questão. Esses dados deverão ser encontrados nas fontes apropriadas e não é preciso enfatizar o quanto tais informações devem ser verazes, atualizadas, adequadas e completas, na medida do possível e dos meios colocados à disposição.

Para acentuar a importância da busca de informações, lembro duas características dos nossos juristas. Em primeiro lugar, o uso do argumento de autoridade para convencimento do acerto da tese defendida no arrazoado ou no julgamento. Ninguém ignora o peso da opinião de um Pontes de Miranda, de um julgado do Supremo Tribunal Federal, daí a conveniência de ir em busca de suas lições. Em segundo, os juristas brasileiros sempre foram inclinados a fundamentar suas opiniões nas investigações científicas dos países europeus, principalmente da França, Alemanha, Itália e Portugal, tendência essa favorecida pelo que o professor Clóvis do Couto e Silva identificava como um 'certo bartolismo', que nos veio desde a prática das ordenações, que autorizavam o juiz a fundamentar sua decisão na opinião do jurisconsulto. Com isso, disseminou-se a invocação ao direito comparado e aos ensinamentos dos professores estrangeiros.

Para recolher esses elementos com a presteza e a segurança necessárias, o advogado, o professor ou o juiz deverão recorrer ao auxílio do bibliotecário, profissional especializado na classificação, catalogação, armazenamento, busca e recuperação dos dados. Se esse auxílio era dispensável no passado, pelas próprias condições do trabalho, hoje é absolutamente inviável que o operador do direito atue sem contar com a colaboração do bibliotecário, por mais simples que seja a sua tarefa.

Isso porque cresceu espantosamente a produção legislativa, com milhões de normas vigentes no país, a par do aumento da produção científica, em decorrência da expansão do material legislado e da produção dos cursos de pós-graduação, tudo contribuindo para o natural desenvolvimento da ciência jurídica, com a publicação de livros, teses, artigos. Na outra ponta, os tribunais julgam a cada dia milhares de recursos, cujos acórdãos formam jurisprudência sobre os mais diversos aspectos da vida social. Acrescentemos a esse imenso material de pesquisa o instrumento

que nos veio com a informática e, nos últimos anos, com a internet, para termos um quadro revelador da dificuldade com que se depara o profissional do direito para encontrar, nesse verdadeiro cipoal de informações, aquela que mais diretamente lhe interessa. São tantos os dados e as vias de acesso, que o encontro da resposta procurada somente acontecerá em tempo útil, e com a confiança necessária, se houver um trabalho prévio de seleção e depuração, tanto das fontes como do resultado da pesquisa.

Por isso, é preciso reconhecer que, hoje, assim como não é mais possível o trabalho do profissional do direito sem o uso da informática, também se tornou indispensável a presença do bibliotecário ao lado do jurista, fornecendo-lhe os elementos de informação necessários ao seu trabalho.

O livro que tive o prazer de ler e tenho a honra de prefaciar veio preencher uma lacuna editorial no país e nos fornece uma visão ampla e atualizada sobre a pesquisa jurídica.

Os autores discorrem com facilidade e segurança sobre todas as questões que interessam diretamente às duas categorias profissionais envolvidas na pesquisa jurídica. Aos bibliotecários, explicam os conceitos básicos da ciência do direito, a nomenclatura utilizada e a estrutura jurídica do país, o que facilitará o trabalho técnico de classificação, catalogação, recuperação e de aconselhamento ao pesquisador. Aos juristas, mostram a importância da linguagem clara e acessível, as dificuldades a vencer para a obtenção de bom resultado na busca das informações, explicam a natureza do trabalho da pesquisa jurídica, sob a perspectiva do bibliotecário, e fornecem preciosas indicações sobre a pesquisa em ambientes virtuais. A última parte do livro corresponde à detalhada exposição das fontes de informação jurídica, que os autores classificam em primárias (diários oficiais) e secundárias (livros, periódicos e coleções).

Confesso que grande parte do meu trabalho devo aos bibliotecários, desde os tempos em que pesquisava nos acervos das bibliotecas da Procuradoria Geral da Justiça, do Tribunal de Justiça, da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e, nos últimos anos, nas bibliotecas de Brasília, do Superior Tribunal de Justiça, do Supremo Tribunal Federal, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Conselho da Justiça Federal, onde sempre encontrei funcionários exemplares e dedicados na realização da sua tarefa. Aprendi que o bibliotecário é um servidor que, mais do que os outros, somente se realiza na medida em que consegue atender à ânsia de conhecimento e de busca de quem o procura; a satisfação do pesquisador é a razão de ser do bibliotecário, motivo de sua alegria e de sua gratificação pessoal. Quando era obrigado a pesquisar fora do STJ, especialmente em busca de obras estrangeiras, dirigia-me à competente bibliotecária do Senado Federal Edilenice Passos, que reúne todas as qua-

lidades exigidas de quem exerce essa delicada função: conhecimento, disposição de busca incessante, ainda que a informação fosse de difícil acesso, seriedade e lhanza de trato.

O livro é resultado de rigorosa pesquisa sobre direito e biblioteconomia feita por dois excelentes profissionais, e será instrumento indispensável a todos quantos ingressam no fascinante e inesgotável mundo da investigação jurídica.

Ruy Rosado de Aguiar Júnior
Ministro aposentado do STJ

**Edilenice Passos
Lucivaldo Vasconcelos Barros**

Fontes de informação para pesquisa em direito



**BRIQUET DE LEMOS
LIVROS**

REFERÊNCIA:

PASSOS, Edilenice; BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. **Fontes de informação para pesquisa em direito**. Prefácio de Ruy Rosado de Aguiar Júnior. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009.